

IMPRESSO

CPMTRATP Nº 3956791
ECT/CÂMARA LEGISLATIVA/DF
UP: AC/CÂMARA LEGISLATIVA

L . E . T . U . R . A . S

Câmara Legislativa do Distrito Federal
Ano II - Nº 15

Suplemento Cultural
Maio/junho/1995

*Yes,
nos temos
cinema*

✓ 100 anos

Zuléka, a formiga sapeca



Não Tenho Troco

■ Vander Batista

“- Desculpe, mas não tenho troco. Espere um pouco que já-já aparece.”

Não há coisa mais chata do que ouvir esta frase da boca de um cobrador de ônibus.

Procure imaginar, caro leitor, a aparência de alguém que acordara às 6 horas da manhã, saíra de casa sem tomar café, chegara atrasado ao trabalho e por conta disto, não almoçara. Saíra do trabalho às 18:00 hs e fora estudar. Chegara à rodoviária às 23:00 hs e esperara mais 20 minutos até que o primeiro ônibus aparecesse para levá-lo para casa. Acredito que ao menos uma vez você já tenha se deparado com alguém que vivu uma situação similar a esta, caso você mesmo não a tenha vivenciado. Acrescenta a tudo isso uma visita ao banco e uma olhada no saldo da conta corrente dias antes do pagamento mensal e você terá a perfeita descrição do personagem. Agora que você já sabe como eu estava naquele dia, continuemos.

“- Desculpe, mas não tenho troco.”

Meu rosto, até então abatido, adquiriu nova vida. Meu corpo cansado renovou-se. Meus olhos quase fechados brilharam. Intimamente reservado, eu encarava aquela figura procurando encontrar a mentira estampada em seu rosto. Ele demonstrava ser um excelente ator.

“- ... espere um pouco que já-já aparece.”

Estava cada vez mais clara a sua intenção de juntar o meu troco ao de tantos outros para

os quais ele certamente havia dito a mesma coisa. Pensei: “provavelmente ele espera que eu sente aqui ao seu lado até não mais suportar o barulho do motor, ficar irritado, ir para o fundo do ônibus e descer sem me importar com o meu dinheiro. De jeito nenhum!”

Não, eu não seria enganado. Disse-lhe que esperaria pelo troco no fundo do ônibus.

Ele disse: “- Desculpe ...” Não podia negar, o safado era educado. Foi a primeira vez que alguém me pediu desculpas antes de dizer que não iria devolver algo que me pertence.

Por trás das minhas lentes fotocromáticas, que não permitiam a outros verem meus olhos diretamente, eu avaliava cada movimento desse ser sempre na boca do povo - o cobrador.

Sessenta passageiros, já existiam oito esperando troco. O “coitado” do cobrador (não sei por que cargas d’água alguns o chama de trocador, afinal ele nunca tem troco) já estava embolsando o valor de duas passagens.

Alguém pagou com trocados. Uma senhora de idade ergueu-se rapidamente, seguida por outras três. Estavam garantidas. Não teriam suas programações de gasto do mês quebradas por um sujeitinho metido a esperto. Sentei-me novamente. Desta vez mais consolado, já não éramos oito.

Por um momento ele pareceu ler meus pensamentos e disfarçou, olhando para o outro lado. Senti-me renovado, quase vitorioso. Ele cederia em pouco tempo.

Passei a admirar contente as estrelas entre os enormes eucaliptos que ladeiam a pista do Park Way. Muitos vagalumes brincavam revelando-se e ocultando-se em um esconde-esconde infantil.

O ônibus passou sobre algo e fui subitamente erguido ao ar. Olhei pela janela assustado, era um quebra-molas... Estava no Gama... minha parada!

Como o ônibus parara, desci rapidamente. Respirei profundamente o ar do novo dia, procurando acordar de verdade. Sorri ao avistar a lua cheia. Tão clara, mais parecia uma moeda... Esqueci meu troco!

Comecei a andar já conformado. Parei, olhei para os lados... parada errada.

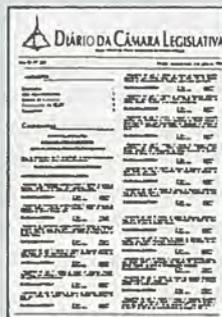
Creio que ouvi alguém sorrir.



Vander Batista é escritor e mora em Brasília

DCL

**Diário da
Câmara
Legislativa do
Distrito
Federal**



**Exercício
de cidadania
é ler o jornal
que,
diariamente,
publica
as leis.**

Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal editado sob a responsabilidade da Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica da Vice-Presidência

SAIN - Parque Rural Norte
70.086.900 - Brasília-DF

A história das leis

A partir deste número o DF-Leis irá mostrar como funciona a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Como as leis são elaboradas e quais as leis que já vigem no Distrito Federal regulando a vida da nossa população.

A cada número iremos trazer informações precisas sobre a nossa Casa Legislativa. Você sabe qual foi a primeira lei aprovada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal? Qual a primeira proposição de origem parlamentar transformada em lei pelos deputados distritais?

Para responder a estas e outras perguntas, o DF-Leis vai contar em capítulos a "História das leis", que nós chamamos de "Cultura das Leis", porque representam os anseios e os desejos da nossa população, traduzidos em projetos de leis propostos pelos deputados distritais eleitos soberanamente pelo povo através do voto direto e secreto.

A Casa d

Na primeira Legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal foram empossados no dia primeiro de janeiro de 1991 os primeiros deputados distritais eleitos pela população de Brasília. Como a Casa não tinha ainda um Regimento Interno, o que prevaleceu foi o Regimento do Senado Federal.

Por este Regimento os trabalhos legislativos só se dariam a partir de 15 de fevereiro daquele ano. Desta forma, os deputados eram empossados e entravam em recesso parlamentar imediatamente. Mas o volume de problemas de infra-estrutura era tão grande que os primeiros deputados distritais abriram mão do recesso, arregaçaram as mangas e se puseram logo aos trabalhos.

Enquanto os integrantes da primeira Mesa procuravam dar as condições mínimas para o funcionamento administrativo da Casa, outros iniciavam a elaboração do Regimento Interno para regulamentar as sessões e a tramitação das proposições, principalmente dos Projetos de lei. Com a aprovação do primeiro Regimento Interno os trabalhos legislativos desta Casa passaram a ser a partir do dia 1º de fevereiro com a realização de sessões ordinárias.

Portanto, quando a Câmara iniciou seus trabalhos foi grande o número de proposições apresentadas pelos primeiros deputados distritais, mas naquele início nenhum projeto tinha condições técnicas de ir a Plenário. Somente os Projetos enviados pelo Executivo local, isto é, pelo Governador, tinham condições de ser votados.

Assim, a primeira lei aprovada pela Câmara Legislativa foi encaminhada pelo Executivo. Trata-se do Projeto de Lei 035/91 que "Cria cargos de Professor da carreira Magistério Público do Distrito Federal, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal e dá outras providências". O Projeto de Lei aprovado foi enviado para o Palácio do Buriti e foi sancionado em 8 de fevereiro de 1991, passando a ser a Lei nº 143/91. Esta foi a primeira Lei aprovada pela Câmara Legislativa, mas originária do Executivo. A partir daí várias outras leis foram sancionadas, também, de origem do Executivo.



A população do Distrito Federal vai

As primei

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, hoje em sua segunda Legislatura, já deu origem a quase 900 leis. Portanto, a Casa já consolidou o seu papel legislador junto à população do Distrito Federal. Neste número do DF-Leis vamos conhecer as primeiras quatro leis aprovadas nesta Casa propostas por parlamentares. O nosso critério de escolha foi unicamente do ponto de vista histórico, resgatando esses fatos da história do nosso Legislativo, com objetivo educativo-pedagógico, como é a preocupação norteadora deste espaço dentro do DF-Letras.

AIDS e Drogas

O Projeto de Lei nº 067/91 de autoria do deputado distrital Peniel Pacheco foi a primeira Lei sancionada de um parlamentar. A proposta se transformou na Lei nº 147/91 e dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino sobre as drogas entorpecentes e psicotrópicos e sobre a AIDS ou SIDA a nível do 1º e 2º graus de ensino e nos cursos de formação de professores.

do Povo



l vai em busca de seus direitos na Câmara

Como se aprova uma lei

Uma lei pode ser proposta pelos deputados distritais eleitos pelo povo, pela iniciativa popular, pelo Poder Executivo ou pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal. Tramitando na Casa nas Comissões Permanentes, após os respectivos pareceres, o Projeto de Lei vai a Plenário para votação. Depois de votado em primeiro e segundo turnos, a redação final vai à sanção do Governador.

Se no prazo de 15 dias úteis a Lei não for sancionada, o Presidente da Câmara Legislativa tem o poder de promulgá-la. Caso ela seja vetada pelo governador, a Lei retorna à Câmara Legislativa e o veto é submetido ao plenário. Se alcançar 13 votos, o veto é derrubado e a Câmara Legislativa promulga a Lei.

É assim que as leis podem ser aprovadas. Só depois de muito estudo, debates e discussões é que elas passam a vigorar e orientar a vida dos cidadãos.

neiras leis de parlamentares

ito Fe-
latura,
ortan-
pel le-
distrito
eis va-
ro leis
ot par-
solha
histó-
stória
ivo di-
ocupa-
to do

Em sua justificativa o parlamentar considera que o abuso no uso de drogas e o alastramento da AIDS, principalmente no seio da juventude, são preocupações sérias dos meios sanitários do mundo inteiro. Segundo Peniel, recentemente pesquisadores de uma escola de Medicina de São Paulo, fizeram uma pesquisa entre jovens das maiores capitais brasileiras, perguntado-lhes qual a maior ameaça à sua geração. Ocupou o 1º lugar com cerca de 37% das respostas, o desemprego; mas, em segundo lugar, com 27% veio o abuso de drogas. O mesmo pode-se dizer com relação à AIDS. Esses dois fenômenos representam o maior problema sanitário nesta última década do século XX.

Mandela

A segunda Lei sancionada e proposta por parlamentar recebeu o número 156/91 e foi originada pelo Projeto de Lei nº 145/91 de autoria do deputado distrital Geraldo Magela, que concede o título de cidadão honorário de

Brasília, ao líder Sul-africano Nelson Mandela.

Hoje, presidente da África do Sul, Nelson Mandela é um símbolo vivo da resistência e da luta de um povo por seus direitos. Antes do fim do regime do "apartheid", instituído na África do Sul, pela minoria branca e racista, Nelson Mandela foi preso, condenado à morte e depois teve a sentença convertida em prisão perpétua. Nelson Mandela simboliza a ânsia libertária dos negros sul-africanos.

Cultura

A terceira Lei aprovada cria instrumentos de apoio e incentivo à arte e à cultura no Distrito Federal. Ela recebeu o número 158/91 e teve origem no Projeto de Lei nº 083/91 de autoria dos deputados distritais Geraldo Magela e Maurílio Silva.

Segundo os parlamentares que apresentaram a proposta, Brasília representa uma síntese das manifestações culturais do Brasil e, por isso mesmo, está inserida no contexto nacional como um

pólo de irradiação cultural. A redução dos incentivos na área da cultura, tem estrangulado a produção e diminuído a capacidade dos artistas e produtores de apresentar novas alternativas de trabalho.

Tempo de Serviço

O deputado distrital Salviano Guimarães foi autor da quarta Lei aprovada pela Câmara Legislativa do DF. A Lei nº 165/91, originada do Projeto de Lei nº 102/91, autoriza o Governo do Distrito Federal a contar para todos os efeitos o tempo de serviço prestado ao Magistério da União, dos Estados e dos Municípios e dá outras providências.

Para Salviano Guimarães, o Plano de Carreira da Fundação Educacional do Distrito Federal prevê a averbação do tempo de serviço prestado à União, aos Estados e Municípios. Entretanto, a averbação desse tempo de serviço só beneficiava parte de seus servidores. A intenção do autor da Lei foi garantir esses direitos a todos os servidores da Fundação Educacional do DF.